



POLÍTICA OPERÁRIA

Novo salário mínimo de R\$ 1.621,00 não dá para nada!

Lutemos por um salário mínimo vital que cubra todas as necessidades da família trabalhadora!

O novo salário mínimo para 2026 decretado pelo governo Lula, com apoio de todos os partidos de oposição burguesa no Congresso, entrou em vigor no dia 1º de janeiro. Foi de R\$ 1518,00 para R\$ 1.621,00. Um reajuste de apenas 6,79%. Segundo o IBGE, cerca de 35% dos trabalhadores assalariados recebem até 1 salário mínimo por uma jornada de trabalho. E cerca de 60 milhões de brasileiros têm sua renda referenciada no salário mínimo (trabalhadores formais, domésticas, autônomos, aposentados e beneficiários do INSS).

O novo salário mínimo condena os trabalhadores à miséria. Passa longe de atender as necessidades básicas das famílias como: alimentação, vestuário, aluguel, água, luz, internet, lazer etc. Segundo o DIEESE, o salá-

rio mínimo para manter uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 7.177,57.

As centrais sindicais, como a CUT, não organizam qualquer luta pelo aumento do salário mínimo, porque apoiam o governo. O governo Lula e a oposição burguesa liderada pelo PL de Bolsonaro aprovam e estão de acordo que o salário mínimo continue uma miséria, porque representam os interesses dos patrões, dos empresários que financiam suas campanhas eleitorais. Por isso, entra governo e sai governo e o salário mínimo continua uma miséria.

Está aí por que a classe operária e demais trabalhadores não devem ter nenhuma ilusão nas eleições, nem nos partidos da burguesia, sejam de direita, ultradireita, ou os ditos de esquer-

da. Devemos acreditar apenas em nosso método próprio de luta que são a greve, a ação direta e coletiva, para impor ao governo e aos patrões nossas reivindicações.

O Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário, chama os operários e operárias a exigir que as centrais e sindicatos rompam com o governo burguês de Lula e convoquem assembleias gerais em todos os setores, para aprovar um Dia Nacional de Luta, como preparação da greve geral, para colocar fim ao salário mínimo de fome e defender: um salário mínimo vital, que cubra todas as necessidades da família trabalhadora; emprego a todos, por meio da redução da jornada, sem redução de salários; colocar abaixo as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a Lei da Terceirização.

Suspensão do dissídio nos Correios, por liminar do STF, expressa a brutalidade do desmonte das estatais no país pelo governo burguês de Lula

Diante de mais esse ataque, reerguer o movimento grevista, com independência política!

O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu decisão liminar no dia 26 de janeiro de 2026 suspendendo parte do dissídio coletivo de greve dos trabalhadores dos Correios, julgada pelo TST, em dezembro de 2025. A medida se deu após o recurso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A medida suspende temporariamente o ticket-extra (vale-peru), dispositivos ligados ao plano de saúde, do pagamento de 200% para o trabalho em dias de repouso e feriados, e da gratificação de férias de 70%. Essas cláusulas permanecem suspensas até o julgamento definitivo do processo pelo STF.

O STF justifica a decisão alegando que o Tribunal Superior do Trabalho teria, por um lado, extrapolado os limites de sua atuação e, por outro, aponta para o impacto financeiro da decisão do TST sobre os cofres da estatal. A decisão é mais um ataque da direção dos Correios nomeada pelo governo Lula, de levar ao âmbito judi-

cial a mobilização dos trabalhadores da estatal em defesa de suas reivindicações.

A suspensão do acordo rebaixado e limitado - negociado pelas burocracias sindicais no âmbito da justiça burguesa em dezembro de 2025, com o objetivo de pôr fim à greve dos trabalhadores dos Correios - se dá em um momento em que a estatal se encontra em vias de degradação e desmonte, e apresenta um plano chamado de "reestruturação", que prevê demissão massiva de 15 mil trabalhadores e o fechamento de mil unidades dos Correios, a venda de imóveis e corte de R\$ 700 milhões do plano de saúde, num descarado ataque ao emprego e às condições de vida dos trabalhadores.

A direção do SINTECT - SP, vinculada à CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), em resposta à medida do STF, limitou-se a debater a questão com deputados

Participe do

ENCONTRO OPERÁRIO

14/3 • 17h
Presencial

Entre em contato: (11) 95446-2020
@massas_por

Nosso objetivo é construir comissões de fábrica e oposições sindicais democráticas, classistas e revolucionárias, para resgatar os sindicatos para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos!



do PT e a acompanhar a trama judicial. Tem já em vista a campanha eleitoral à reeleição do governo burguês de frente ampla Lula/Alckmin e por isso age pacificamente, freando a luta dos trabalhadores.

É preciso retomar a greve por tempo indeterminado, iniciada em dezembro de 2025, para barrar a destruição dos Correios e, conseqüentemente, do emprego e das condições de trabalho. O Boletim Nossa Classe convoca os operários e operárias dos correios a fortalecer e organizar a luta com a defesa de um salário mínimo vital (segundo o DIEESE é de R\$ 7.177,57), fim da escala 6x1, defesa

da escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada, sem redução salarial) e a estabilidade no emprego. Defende ainda a unificação da luta dos trabalhadores dos Correios com os demais explorados, aplicando os métodos próprios da classe operária, que são a greve, fechamento de ruas e avenidas, piquetes e ocupação dos locais de trabalho.

Que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral, para impor as reivindicações ao governo burguês de Lula. Pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e o fim da terceirização. Pela reestatização das estatais privatizadas, sem indenização e sob o controle operário.

Braskem

Greve é direito, não é dívida

Os dias de greve não devem ser descontados ou compensados

Durante a distribuição do Boletim Nossa Classe na Braskem, um operário comentou que ainda paga os dias referentes à greve ocorrida no ano passado. A exigência de que os operários compensem os dias parados é um ataque ao direito de greve, pois coloca a greve como uma atividade pessoal fora do horário de trabalho.

Na realidade, a greve é um método legítimo de autodefesa dos trabalhadores, que se veem obrigados a paralisar as atividades para pressionar os patrões a atender às reivindicações. Por isso, devemos exigir que a Braskem, que

lucra bilhões sobre a nossa força de trabalho e paga salários miseráveis, arque com o pagamento integral de cada hora em que os braços ficaram cruzados.

Enquanto a empresa aplica descontos ou exige compensação dos dias de greve, sem deixar de lucrar com a exploração da classe operária, a carestia devora o que resta dos salários. Nesse sentido, também é necessário lutar por um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias, e pelo reajuste automático do salário de acordo com o aumento do custo de vida (escala mó-

vel de salários). Se os preços sobem, os salários devem subir na mesma proporção.

O movimento sindical deve erguer a luta pelo direito irrestrito de greve, e contra qualquer medida restritiva deste direito por parte da burguesia (patrões) e seu Estado. Não basta esperar que as cúpulas sindicais resolvam nos gabinetes. A queixa do operário na porta da fábrica deve se transformar em organização de base. A luta pelo pagamento da greve e pela não penalização do movimento grevista deve se unir à luta contra a jornada exaustiva que ado-

ece o trabalhador.

Na Braskem, a divisão entre efetivos e terceirizados serve apenas ao patrão. É preciso exigir direitos iguais e a efetivação imediata de todos os companheiros terceirizados, e o fim da terceirização. A emancipação da classe operária será obra dos próprios trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe convoca os operários a transformar a sua queixa em ação revolucionária. Pelo pagamento integral de todos os dias de greve e pelo controle operário da produção!

Formação Política do Nossa Classe

A democracia burguesa é a ditadura de classe da burguesia (patrões) sobre a maioria explorada

Para Karl Marx, sob o capitalismo, a democracia funciona como uma "máscara", que disfarça o fato de que a burguesia (patrões) tem o controle total e violento sobre a sociedade. O Estado não é um árbitro neutro que media conflitos entre cidadãos. Na sociedade capitalista, que está dividida em classes, o Estado serve aos interesses da classe dominante que é a burguesia. Como a burguesia é dona dos meios de produção (fábricas, máquinas, terras...) o Estado capitalista existe para proteger a propriedade privada e manter a exploração dos trabalhadores.

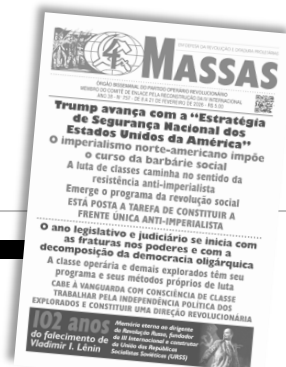
Todo governo burguês expressa a ditadura de classe da burguesia. Isso porque, independentemente das eleições e liberdades civis, a burguesia

dita as regras do jogo econômico, molda a legislação a seu favor e usa o aparato repressivo (polícia, justiça) para reprimir e conter a luta dos explorados. Basta ver a repressão e prisões que fez o Estado diante da recente greve dos petroleiros, trabalhadores dos correios e outras categorias.

Para Marx, a democracia burguesa é limitada e formal. Ela dá direitos formais (como votar), mas nega as condições materiais para que a maioria explorada (o proletariado) viva com dignidade. Por isso, não se coloca fim ao Estado burguês e à ditadura de classe da burguesia por meio das eleições, votando nesse ou naquele candidato.

Somente construindo seu próprio partido, operário e revolucionário,

o proletariado e demais explorados poderão, por meio da revolução social, colocar fim ao Estado burguês e suas instituições, e constituir nosso próprio governo, operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado - instrumento para a maioria explorada exercer o poder político, reprimir a minoria exploradora (a burguesia) e transicionar para uma sociedade sem classes (o comunismo), quando o Estado perderá sua função de repressão e, conseqüentemente, definhará até desaparecer.



Leiam e divulguem o **Jornal Massas**. É um jornal voltado à luta pela emancipação da classe operária e demais oprimidos da exploração capitalista. É um jornal do Partido Operário Revolucionário (POR) que luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade sem exploração do homem pelo homem, uma sociedade socialista. **O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a dar todo apoio ao Jornal Massas!**